



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

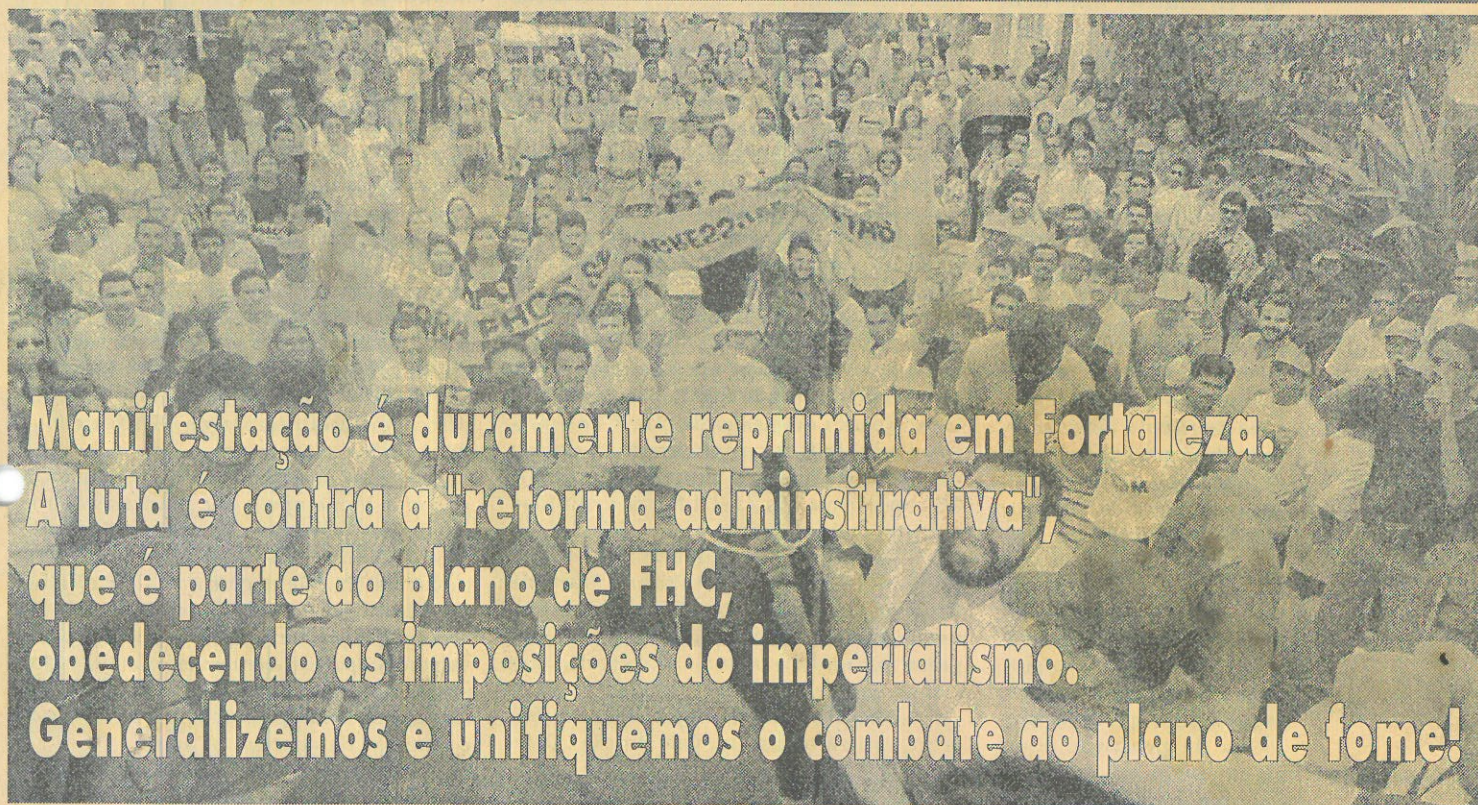
# MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO VIII - Nº 126 - 2ª QUINZENA DE FEVEREIRO DE 1997 - R\$ 1,00

**O governo conseguiu aprovar a reeleição para FHC.  
A corrupção foi sua principal arma para manter e prolongar  
a aplicação do plano antinacional e antipopular.**

**Nenhuma trégua ao governo!**

**Abaixo o governo antinacional e antipopular  
de FHC e seu plano de fome!**



**Manifestação é duramente reprimida em Fortaleza.  
A luta é contra a "reforma administrativa",  
que é parte do plano de FHC,  
obedecendo as imposições do imperialismo.  
Generalizemos e unifiquemos o combate ao plano de fome!**

**Que o governo do Peru atenda as reivindicações  
do Tupac Amaru e solte os presos políticos!**

**Congresso da CNTE burocratizado aprova linha de conciliação  
de classe que deixa aberto o caminho para FHC  
e os governos estaduais aplicarem a destruição o ensino.**

# A Quinzena de Luta do Movimento Operário

O operário, ao vender sua força de trabalho ao patrão, é obrigado a seguir uma série de normas dentro da fábrica e se submete aos abusos e perseguições patronais. Quando o operário falta ao trabalho ou se atrasa é descontado em seu

salário. Quando é demitido e não recebe seus direitos, quando se fecham fábricas, quando o patrão não paga por sua força de trabalho, o seu salário nem pela sua produção, o que acontece ao patrão?

Este simples questionamento revela a cada operário que o sistema de exploração é igual em todas as fábricas. As leis não defendem os trabalhadores, mas sim protegem os patrões, protegem o lucro dos capitalistas. Os direitos dos trabalhadores, para serem respeitados e para serem conquistados, sempre foi através da luta, da resistência e do enfrentamento. A classe operária compreende que a luta não é isolada contra determinados patrões, mas é a luta de toda a classe operária e daqueles que vivem às custas do trabalho alheio contra a classe capitalista e seu governo. A experiência do trabalho coletivo, a organização da produção e a divisão do lucro entre os operários para o pagamento dos salários atrasados, sem a submissão e as perseguições dentro da fábrica demonstra que a base da exploração do trabalho pelo capital está na propriedade individual das fábricas e na apropriação da produção (e da riqueza) por estes mesmos proprietários. A crise capitalista (e/ou financeira) é resultado do esgotamento da propriedade privada dos meios de produção e da ânsia por lucros cada vez maiores e mais fáceis. A reação operária é a de organizar o movimento da classe operária na defesa de seus interesses comuns, a libertação da escravidão e da exploração capitalista.

## O caminho das lutas

\* Químicos da Cisa fazem acampamento na fábrica para impedir retirada das máquinas. A fábrica tem dívida com os

bancos e cerca de 20 máquinas já foram penhoradas pelo Banco Noroeste. Da dívida R\$ 400 mil é com os trabalhadores, eles estão sem receber os salários de dezembro, 13º e o adiantamento deste mês.

\* Químicos da Glaspac, acampados desde dezembro na fábrica por falta de pagamento, fazem protesto no esconderijo do patrão (a casa do pai). A Glaspac tem compradores como a Volvo, Scania e Mercedes. Os operários venderam algumas peças e retomaram a produção conquistando em pouco tempo R\$ 361,00 para cada trabalhador.

\* Marceneiros da Haus Nobel em greve desde 15 de dezembro contra o não pagamento dos salários de novembro, dezembro e 13º.

\* Vidreiros da Cristalite paralisam atividades contra o atraso no pagamento dos salários todos os meses.

\* Peões da G. Cal em greve contra o não pagamento dos salários de dezembro e 13º.

\* Operários da empreiteira Bacon em greve contra o atraso no vale e cesta básica.

\* Metalúrgicos da General Motors, em São Caetano diminuem a produção e não trabalham mais aos sábados enquanto não tiverem um adicional maior nas horas extras aos sábados.

\* Metalúrgicos da Irmãos Chieia em greve há três dias contra atraso do vale.

\* Metalúrgicos demitidos da Tratec há 20 dias não recebem o aviso prévio.

\* Operários da Flexor Plasti paralisam a produção por duas horas contra atraso no salário de dezembro e 13º.

\* Trabalhadores da Stalum acampam na fábrica para impedir retirada das máquinas.

\* Metalúrgicos da Sachs, de São Bernardo, realizam protesto em frente à fábrica contra a demissão, em dezembro de 16 operários, incluindo diretor do sindicato, membros da comissão de fábrica e cipeiros. Parte da fábrica está sendo transferida para Araraquara e pretende demitir 300 operários. Dia 21/01 foram demitidos mais 60 trabalhadores.

\* Trabalhadores demitidos da Móveis Hobjeto, de Diadema, ocupam a fábrica e fazem vigília. Patrões querem parcelar as rescisões trabalhistas em 6 vezes. A empresa foi vendida para a Corazza, de Piracicaba e foi fechada dia 19/01.

\* Operários da Polispar entram em greve contra atraso no vale do dia 20 de janeiro.

\* Operários da Romatec fazem greve de 20 dias e recebem salários atrasados.

\* Metalúrgica Independência demite e não fornece o termo de rescisão obrigatório para o trabalhador receber seguro-desemprego e FGTS.

\* Peões da J. Neves fazem greve contra o não pagamento do salário de dezembro, 2ª parcela do Décimo Terceiro e cesta básica.

\* Vigilantes da Alvorada protestam contra atraso no adiantamento do salário de janeiro.

\* Marceneiros da Teperman Estofados para automóveis, em Vila Prudente, não receberam salário em dezembro e nem a 2ª parcela do 13º. O Banco Progresso

pediu falência da fábrica, mas os operários continuam produzindo para garantir encomendas e já receberam R\$ 100,00 de adiantamento de salário deste mês.

\* Metalúrgicos da TRW em greve pela PLR.

\* Padeiros da Cepam, fábrica de panetões e ovos de páscoa em greve exigindo PLR. A maioria dos trabalhadores têm contrato temporário e patrões dizem não achar "justo" receberem. A polícia militar foi chamada.

\* Motoristas e cobradores de ônibus de São Paulo realizam greve pela Participação nos Lucros e Resultados. Mesmo tendo feito a conta na ponta do lápis de que a PLR seria de R\$ 600,00, os "negociadores" aceitaram R\$ 200,00 parcelados.

Sindicalistas interferem nas negociações comerciais dos patrões

\* Metalúrgicos da Kondupar Chicotes Elétricos, sem receber salários desde dezembro, acampam na fábrica. Patrões da Mercedes-Benz (da AMP) se desentende com os patrões da Kondupar. Sindicalistas interferem nas negociações comerciais pressionando a venda da produção para garantir o pagamento dos salários. Kondupar vende R\$ 53 mil à intermediária da Mercedes, a AMP.

## Redução da Jornada de Trabalho

A Proposta de Emenda à Constituição nº 231/95 (PEC 231/95), que trata da redução da jornada de trabalho e do pagamento de horas extras, foi apresentada ao Congresso em outubro de 1995 e há dois meses foi aprovada na Comissão de Justiça da Câmara. A emenda reduz a jornada para 40 horas semanais e a remuneração de horas extras para o mínimo de 75%. Esta proposta é a medida contra o desemprego, proclamam os parlamentares e as direções sindicais, porque criará cerca de 4.000 empregos. Entretanto, a prioridade é a reeleição.

Por que os capitalistas são intransigentes e têm o apoio dos governos contra a redução da jornada de trabalho? Porque é de onde retira o lucro-primeiro e certo neste sistema de exploração do trabalho. Os operários ao serem contratados por um salário por determinado tempo, já devolvem ao patrão a quantia que lhe pagou em mercadorias produzidas, em pouquíssimas horas de trabalho, transformando o restante das horas em lucro.

Os parlamentares, a maioria deles empresários e industriais, iludem os trabalhadores com reformas políticas e leis trabalhistas, mas não podem votar e reformar leis contrárias aos seus interesses. Isto obriga aos operários se utilizar de seus métodos de luta, das greves e manifestações de rua, como forma de pressão para obter melhores condições de trabalho. A luta pela redução da jornada e contra a superprodução capitalista é a história do movimento operário de vários países. Conquistada com muita luta e sangue.

Observação: na Itália a jornada é de 36 horas, na França, 37 e nos Estados Unidos, 40 horas semanais.



# Votada a reeleição: venceu a vontade majoritária da burguesia

Os reformistas do PT, e inclusive velhas raposas da política burguesa, como Paulo Maluf, alimentaram a ilusão de que o governo não obteria os 308 votos necessários para aprovar a Emenda Constitucional da Reeleição. Tal esperança cresceu com a fantasiosa Convenção Nacional do PMDB que aprovou a linha de Quércia de exigir do governo a votação da Emenda somente depois de resolvida a disputa pela presidência da Câmara Federal e do Senado entre o PMDB e PFL.

A teatral manobra peemedebista não serviu aos propósitos dos opositores burgueses de negociar uma saída para o conflito. O governo do PSDB e PFL, totalmente empenhado na reeleição de FHC, mobilizou todo seu poder político e administrativo para canalizar os votos necessários do PMDB e PPB. Através de chantagem, ameaças, promessas e corrupção os governistas arrebanharam deputados de praticamente todos partidos, a exceção do PT e PCdoB.

O que mais chamou a atenção foram os 44 votos do PPB de Maluf. Esperava-se ao máximo 30. Maluf havia saído fortalecido das eleições municipais e imaginava-se que poderia disciplinar o PPB por detrás de seu objetivo eleitoral. A Convenção do PPB já havia demonstrado que tal controle não existia, mas se considerou que se tratava apenas de uma pequena minoria comandada pelo Ministro Dorneles. O resultado em favor de FHC desmentiu também essa ilusão.

O PMDB nem se fala. Mesmo que os principais caciques, incluindo neles o presidente do partido, conclamassem os deputados a cerrarem fileiras em torno da resolução votada na Convenção Nacional, 67 foram os votos dados à reeleição, portanto a maioria. O PDT e PSB, que também figuravam entre os opositoristas, deram respectivamente 5 e 7 votos. O governador Dante de Oliveira, do PDT, não só exigiu os parlamentares regionais de seu partido a darem o voto pró-reeleição como ajudado a convencer peemedebistas a fazerem o mesmo. Somando tudo, o governo teve 336 votos, deixando os tontos do PT e PCdoB chamarem em vão à obstrução.

Os opositoristas tiveram um papel ridículo, discursando "Senhor Presidente, o PT declara que está em obstrução". Aliás, comportaram-se à altura do parlamento burguês decadente e decorativo. Tão decorativo que o resultado já estava de antemão dado. Os líderes do governo só foram para a votação porque o número de parlamentares já estava antecipadamente contado na ponta do lápis.

A disputa do governo pela reeleição não foi decidida na Câmara dos Deputados, mas sim nos gabinetes dos partidos, nos palácios de governo, nos jantares, nos encontros com o Presidente da República, nos apartamentos dos chefes e por telefone. A votação na Câmara é só formalidade e espetáculo, que serve para enganar a população de "venceu a soberania popular". Essa é a democracia real. E essa é a verdadeira face dos partidos burgueses que dirigem o país.

Não é de se estranhar o fisiologismo, a vassalagem, os interesses particulares, os lobismos e todo tipo de fraude que caracterizam os políticos da burguesia. Os jornais, no dia seguinte à votação, mostraram a arma mais eficaz do governo para não ter surpresa nas contas dos votos antecipadamente realizada. Levou para o Congresso os maiores financiadores das campanhas eleitorais e os capitalistas representantes de Federações e Confederações das indústrias, comércio, agricultura etc. Não faltando de lambuja a Força Sindical. Evidenciou assim quem manda nos parlamentares.

A reeleição é vontade geral da burguesia interna e sobretudo do imperialismo. A palavra de ordem dos exploradores é de continuidade da reforma neoliberal, que inclui sustentar o Plano Real, antinacional e antipopular. Daí a decisão burguesa de continuidade política da aliança PSDB, PFL, PMDB, PPB.

Os filhos pródigos dessa aliança (a ala de Maluf, de Sarney etc) não puderam barrar o projeto continuísta porque a

burguesia está coesa em torno da estratégia da política econômica ditada pelo imperialismo. Por outro lado, a burocracia sindical (tanto a fração favorável quanto a contrária à reeleição) tem ajudado o governo a impor a reforma de fome e miséria às massas. Isso através da política imobilista, de adaptação ao capitalismo em crise e de submissão às manobras da democracia burguesa. Dessa forma, os focos de crise da aliança abertos em torno da reeleição não puderam progredir.

Sem dúvida, em alguns momentos, a cisão pôs em polvorosa as hostes governamentais, sem contudo levar o governo a perder o manejo da situação. A segurança de FHC esteve e está assentada na conclusão de que a burguesia permanece atada pelo Plano Real e portanto ao seu governo. Foi para implantar o plano internacional das potências que se constituiu a aliança partidária em torno do atual governo. Em relação à crise de governabilidade da gestão de Sarney e de Collor, o governo de FHC comparece com maior estabilidade, necessária para avançar a diretriz do imperialismo e do capital nacional submisso.

Admitimos que os focos de resistência de frações do PPB, PMDB, PDT e vozes esparsas no interior dos dois principais partidos da coligação, o PFL e PSDB, expressam não apenas interesses particulares de caciques partidários mas também divisões existentes no seio da burguesia quanto a aspectos do Plano. Mas, no geral, ainda predomina a idéia de que tal governo deve continuar porque a diretriz econômica deve avançar (privatizações, abertura do mercado, eliminação de direitos sociais, controle inflacionário etc).

Os desequilíbrios do Plano Real já começam a aparecer com os déficits da balança comercial, de pagamento e fiscal. E logo mais os assalariados acordarão para a política salarial de congelamento anual e não reposição integral. O desemprego também não poderá mais ser aturado. Assim, a burguesia não pode correr o risco de mudar de governo, quando este ainda não se esgotou e ainda pode manobrar a burocracia sindical.

É através desta relação entre a economia, o plano e a política que entendemos por que os choques entre os partidos burgueses frente à Emenda de Reeleição não deram lugar a uma grande crise no interior do Estado. E compreendemos também como a burguesia e seu governo se utilizam dos reformistas que fazem da democracia e das instituições parlamentares um santuário. O problema todo se concentra na estratégia governista de bloquear a luta de massas contra os ataques desferidos pelo Plano. Nesse sentido, a burguesia tem achado FHC e as forças que o rodeiam competentes, com o reparo de que é preciso quebrar a espinha dorsal do MST.

Assim podemos denunciar seguramente a capitulação do PT, CUT e consortes diante da ofensiva burguesa de dar continuidade ao governo reacionário. Continua em pé a tarefa revolucionária de pôr em pé um movimento nacional pela derrubada do Plano Real e do governo capitalista.

Nacional



# A marcha da reeleição

O governo conseguiu impor ao PMDB que votasse em bloco, na Comissão de Justiça, a emenda constitucional sobre a reeleição. Os rebeldes foram substituídos e assim se obteve unanimidade peemedebista. Também o PSB votou com o governo. Somente o PT, PDT, PPB e PCdoB votaram contra. O problema é que isso não resolveu a divisão interna do PMDB, que pôs em risco a vitória definitiva de FHC no Congresso. Mas as pressões do PSDB e PFL acabaram superando os 308 votos necessários à mudança constitucional.

Temos apontado que a burguesia em geral estava de acordo com a medida, ainda que esteja dividida em aspectos particulares do Plano Real. O imperialismo é o maior interessado no continuísmo e por isso não deixou de demonstrar que a reeleição é necessária. Há um acordo no seio da burguesia que o governo de FHC, constituído pela aliança dos maiores partidos, é a melhor opção para a aplicação da linha econômica e política exigida pelo imperialismo.

A resistência do PMDB, o maior partido em número de deputados, portanto o fiel da balança, diz respeito às cisões internas, agravadas com o mau desempenho do partido nas eleições municipais e com o risco de fortalecimento do PFL/PSDB com a reeleição. Na aliança governamental, o PMDB comparece como coadjuvante da coligação PSDB/PFL, dois partidos mais afinados com o Plano de estabilização de FHC. Assim, o futuro político dos peemedebistas se mostra turbulento.

Uma parte dos par-

lamentares tende a abandoná-lo, procurando se preservar do declínio do PMDB. Os seus líderes máximos falam em obter um seguro contra a ameaça de uma lipoaspiração. Ocorre que as intenções do PFL e PSDB são de aproveitar a decadência do PMDB, subdividido em vários grupos oligárquicos e enfraquecido em sua capacidade eleitoral, para reduzir seu poder de decisão no Congresso. Um continuísmo bem sucedido da aliança seria um terrível golpe no PMDB, que pouco tem aproveitado da aliança, permanecendo como seu irmão menor. Aí está a dificuldade do PMDB em dar os votos que o governo precisa sem obter nada em troca.

O que seria essa troca? Os líderes dizem que não se trata de meros cargos. Certamente, se fosse isso logo seria atendido, dado o grande interesse pela reeleição e pelo fato que mais cargos não alterar a situação do PMDB. O problema agora é diretamente político. Exige-se que o governo não interfira em favor da disputa entre PFL e PMDB pela liderança da Câmara e do Senado. E que a reforma política seja mais abrangente, estabelecendo o critério de fidelidade partidária, voto distrital misto etc.

No primeiro caso, já havia um acordo de se eleger o peemedebista Michel Temer para a Câmara Federal e o peefelista Antonio C. Magalhães para o Senado, que se rompeu devido à crise interna instalada no PMDB. Diante dessa disputa, o PSDB não pode se isentar, uma vez que também depende do PFL para a reeleição. No segundo caso, quanto à fidelidade partidária, ainda a divergência é grande, já que a total liberdade para os parlamentares não seguirem a linha majoritária e continuarem a praticar o fisiologismo é parte da natureza oligárquica dos partidos burgueses no Brasil.

Por outro lado, o governo sabe que o PMDB quer resguardar seu número de deputados, que não mais poderiam migrar para o PSDB e PFL, que se fortalecerão em tese com o continuísmo. Assim, não é de seu interesse atendê-lo. Também sabe que a divisão interna do PMDB o tem constituído numa colcha de retalho, não tendo condições de se rebelar seriamente contra a reeleição a ponto de ir às ruas contra o governo, que ainda conta com o apoio majoritário da burguesia e é capaz de manobrar a burocracia sindical, como no caso da Força Sindical, ou neutralizá-la, como no caso da oposição cutista-petista.

Difícilmente o PMDB se juntaria com a oposição minoritária para uma ação mais eficaz contra o governo, pois significaria ter de atacar o Plano Real, verdadeira razão do continuísmo, romper a aliança e abrir uma perigosa crise política. As lideranças têm consciência de que o governo FHC ainda tem margem de manobra sobre a população desmobilizada e, ao mesmo tempo, desconfiada do oposicionismo eleitoreiro dos reformistas.

Isso explica por que o governo não só não teme um plebiscito ou referendo como está se utilizando de sua possibilidade para pressionar o PMDB a dar-lhe os votos necessários. Os líderes do PFL já dizem abertamente que se não chegarem a um acordo o governo vai para o plebiscito, apesar de não ser a melhor via, uma vez que compareceria como decisão por fora do parlamento. Essa carta na manga está sendo exposta porque os governistas têm a certeza de que ganhariam o plebiscito. Também sabem que o PMDB racharia de cima a baixo diante do sim e do não. E têm a convicção da impotência da oposição petista, pepebista e pedetista que está amarrada pelo Plano Real.

Faria uma campanha de ataque frontal à política econômica, diante do principal argumento de que a continuidade política é a condição para a estabilidade econômica, inflacionária etc? É claro que não. Dessa forma, FHC pode jogar com o plebiscito tanto para apagar o fogo de palha do PMDB quanto para decidir em última instância a favor da reeleição. Setores da burguesia chegaram a se mobilizar fazendo fundos para a campanha pró-reeleição e a Força Sindical se movimentou para mostrar que a maioria dos metalúrgicos estão com o governo. Enquanto isso, Lula dirigiu uma melancólica carreato e a oposição fez bravata com seu Fórum anti-reeleição.

É esse quadro que deu segurança ao PFL e PSDB para manejarem com o plebiscito. Assim, a variante mais provável aconteceu: o PMDB cedeu ao governo. Como disse o senador Jardes Barbalho: não iria ao matadouro com suas próprias pernas, só amarrado. Indica que se dispunha a ir amarrado. Esse é o provável destino do PMDB, como já havia se mostrado na votação da Comissão de Justiça.

É importante nessa análise verificar mais de perto a posição dos reformistas e do centrista PSTU. O seu Fórum anti-reeleição de nada serve. O PT e a CUT não se mostram capazes



de protagonizar movimentos de rua e nem se empenham para isso. Provavelmente, logo mais à frente se autocriticarão por terem sido contra a reeleição, sabendo que as massas não estavam contra. Sempre fazem isso. É o resultado da política do sim e de não frente ao governo de plantão. Enquanto esse estiver bem nas pesquisas de apoio popular ao Plano Real e ao governo devem apoiar o que chamam de positivo e fazer apenas oposição propositiva, ou seja, não ir para o confronto.

Por outro lado, está com Maluf, sem se diferenciar um níquel do PPB. Há parlamentares petistas que já dizem ter "malufado", apoiando a Prisco Viana na disputa pela presidência da Câmara. E Lula recebeu a visita cordial de Antonio C. Magalhães (PFL) para negociar um acordo de apoio a sua candidatura no Senado. Pelo visto, não teve êxito, mas é sintomático como o PT trafega amistosamente com aqueles considerados, faz pouco tempo, "homens da ditadura militar" e a direita incivilizada. Certamente os reformistas mudaram esses conceitos, considerando que a realidade mudou, como dizem agora

com frequência.

Para eles, a democracia está se aperfeiçoando e a direita se civilizando. Em realidade, não se trata disso, mas sim da profunda adaptação do PT na política burguesa. E é assim que se comporta diante da reeleição. O PT está contra apenas por interesses eleitorais, assim como o PPB de Maluf. Não se trata de uma posição de combate para ajudar as massas a enxergarem o papel antinacional e antipopular do governo capitalista.

Nisso reside toda sua impotência e indica seu fracasso histórico como partido reformista. Está fadado a se ajoelhar diante das pressões do imperialismo e dos seus agentes internos, como são os partidos que governam o país.

Os centristas do PSTU não conseguem ver essa realidade e ter tal avaliação do PT, assim seguem passo a passo tudo que faz o reformismo, procurando ser sua ala esquerda e força de pressão para empurrá-los para a esquerda. Assim obscurecem o papel que o PT vem jogando de sustentação do Plano Real, apesar de comparecer como oposição parlamentar. A integração do PSTU no Fórum anti-reelei-

ção mostra bem seu seguidismo. Coloca-se, sob a bandeira da luta interburguesa em torno da reeleição.

O POR denuncia que com a reeleição ou não estará assegurada a continuidade do governo burguês e a miséria das massas. Trata-se de aproveitar a crise aberta no Estado para chamar as massas a lutarem pela derrubada do Plano e do governo pró-imperialista. Não à reeleição, derrubar o Plano e o governo através da ação direta das massas. Por essa via, defender as reivindicações dos explorados da cidade e do campo e desenvolver a estratégia do governo operário e camponês (ditadura do proletariado). E colocar para os trabalhadores a constituição da Frente Revolucionária Antiimperialista, cuja finalidade é travar a luta anticapitalista.

NACIONAL

## Os caminhos da agudização da luta de classe no campo

O MST retomou as ocupações no Pontal (SP) e as invasões das sedes do Incra em vários estados. Em reunião da direção, realizada em São Paulo, se discutiu a resistência ao Plano do governo, à privatização da Vale do Rio Doce, ao desemprego crescente e linha do governo de combate ao MST. A volta das ocupações corresponde à análise de que não avança a reforma agrária através dos assentamentos. O impasse no Pontal é a comprovação das dificuldades do MST obter os assentamentos em terras devolutas e griladas pelos fazendeiros.

Nesse contexto, voltaram os assassinatos de camponeses, no Pará e Paraná. O governo está preparando uma investida contra o MST. O programa de desarmamento, com a intervenção do exército em colaboração com as várias polícias, não vem contra os latifundiários e jagunços. A idéia de que se trata de desarmar os dois lados é uma farsa. Os ataques virão contra os sem-terra, que na verdade estão desarmados.

A reivindicação da direção do MST (José Rainha, Gilberto Mauro) para que a polícia federal intervenha em favor dos sem-terra e que infiltre agentes na UDR para descobrir as armas, desarmando os fazendeiros,

não pode ser admitida pelo movimento camponês. Essa linha reflete o lado legalista e pacifista da direção do MST, contraditória com o método da ocupação de terras, que viola o direito burguês da propriedade. Enquanto isso, a UDR se arma, recebe a tiros os ocupantes e se continua a assassinar camponeses.

Já está mais do que madura a necessidade da auto-defesa. Sem ela, o governo atacará por todos os meios o MST. A lei do rito sumário prevê que não haverá desapropriação de terras ocupadas. A lei do desarmamento serve de máscara legal para se reprimir as ocupações. Logo mais o Estado estará caçando as lideranças para metê-las na grade, como já se ensaiou no Pontal.

Sem que se rompa o isolamento do movimento camponês em relação aos trabalhadores da cidade, a luta pela terra não poderá avançar um centímetro além da política governamental de assentamentos limitados e provisórios. O POR desenvolve a posição de que os camponeses só terão a terra através de uma revolução agrária, que exproprie todo latifúndio, nacionalize as terras e coletivize imediatamente a agroindústria. Esta transformação radical no campo só poderá ocorrer como parte da revolu-

ção proletária, para a qual o proletariado necessita alcançar independência de classe através do partido revolucionário e se tornar capaz de constituir uma aliança com o campesinato e dirigila.

Frente aos assassinatos, a UDR e os jagunços a resposta é pôr os pés os comitês de auto-defesa e constituir os tribunais populares. Rechaçamos a linha do MST de reivindicar o desarmamento dos latifundiários pelo Estado burguês. Ao contrário, trata-se de armar as massas para enfrentar a burguesia armada. Sem essa via, a luta de classes no campo será esmagada, refletindo negativamente nas massas urbanas e vice-versa. É claro que esse caminho não é fácil e nem deve desembocar no foquismo.



# UDR se arma e enfrenta sem-terras com tiroteio

Nem bem a polícia prendeu dois líderes do MST que carregavam uma arma no veículo da Cooperativa, numa demonstração de que o desarmamento começou, uma milícia de 20 homens fizeram fogo cerrado contra os camponeses que tentavam ocupar a Fazenda Concórdia, no Pontal do Paranapanema (SP). Seu proprietário, sem nenhuma cerimônia, declarou aos jornais que atirou para matar, mas que lhe faltou pontaria e que iria treinar para na próxima vez não errar o alvo. Simplesmente se apoiou na legalidade de direito à defesa da propriedade, que lhe confere o sistema capitalista.

Segundo o latifundiário, tudo ocorreu dentro da lei: as armas estavam registradas e os sem-terra invadiam sua fazenda. Nesse caso, está lhe assegurado o direito de atirar para matar. Essa conversa serve para propagandear o direito burguês de conservação do latifúndio. O fato é que legal ou ilegalmente, os latifundiários vêm há tempo matando camponeses. Quando não o fazem, o Estado se encarrega de assassiná-los, a exemplo de Corumbiara e Eldorado dos Carajás.

O que acaba de ocorrer com a prisão de líderes do movimento e com o ataque da milícia organizada pela UDR é a indicação do caminho que irá percorrer a luta de classes no campo. O Estado perseguirá legalmente, através de prisões, e os latifundiários se utilizarão das armas. Se não conseguirem quebrar o MST, a polícia e o exército estarão prontos para novos Corumbiaras.

A estratégia de pressionar o governo com o movimento pacífico para que este realize

uma limitada reforma agrária, nos moldes dos assentamentos em terras consideradas "latifúndios improdutivos" é um grande erro. Cada vez mais mostra seu esgotamento. O governo, pressionado pela burguesia, já não está disposto a fazer o jogo das ocupações pacíficas do MST, que se caracteriza por entrar na terra e em seguida acatar a ordem judicial de desocupação, criando-se um fato que depois se traduz em negociação entre governo, proprietário e MST em torno da desapropriação da terra para assentamento.

De alguma forma essa tática reformista tem tido algum êxito, que permitiu a sustentação do MST. Porém, a tendência não é a de se ampliar as margens desse processo pacífico-reformista, que estabelece a relação entre governo e MST e que encontra apoio na social-democracia, a exemplo do Prêmio dado pela Bélgica ao movimento.

Na verdade, nunca houve pacifismo no campo do lado dos latifundiários e do Estado. O rastro de sangue que percorre o movimento camponês, que culminou com os dois massacres citados, mostra como age a classe exploradora em defesa da velha estrutura latifundiária. A tentativa de limitar a violência reacionária da burguesia através das leis, como a do rito sumário, a do reconhecimento das ocupações por razão social etc não fazem senão ludibriar o problema da contumácia da luta de classes.

Estamos na fase de putrefação do capitalismo. Razão pela qual não pode haver vigência da democracia burguesa e de reformas. Aquelas que foram conquistadas do passado, estão sendo violadas ou simplesmente eliminadas, haja vista as medidas da reforma neoliberal. Assim, qualquer ilusão na possibilidade de se conquistar reformas econômicas, sociais e políticas através de movimentos pacíficos e assimiláveis pela classe dominante é uma arma contra os trabalhadores e favorece o poder de violência reacionária do Estado.

Para a classe operária e camponeses pobres, não há outra via senão fortalecer a luta de massa em confronto com o poder burguês. É claro que se deve dar os passos táticos de acordo com a capacidade do movimento, rejeitando os aventureirismos ou oportunismos. Por outro lado, também é preciso rejeitar o pacifismo clerical, reformista e conservador que deixa o movimento a mercê dos ataques armados da burguesia.

A constituição da auto-defesa do

movimento camponês contra os massacres e as milícias da UDR precisa ter início. É hora de constituir os comitês agrários com essa finalidade, caso contrário pode se tornar tarde demais. Tal tarefa não pode ficar restrita ao campo. É preciso estendê-la à cidade.

Sabemos que as direções dirão que é prematuro e que as condições não estão dadas. Porém, a primeira atitude séria é a de verificar as condições objetivas de putrefação do capitalismo, as tendências sociais da burguesia decadente e bárbara e o grau de agudização da luta de classe no campo. É um dever das direções revolucionárias agirem assim, pois do contrário haverá adaptação e desastre do movimento dos explorados. Basta que observemos o ressurgimento da UDR no quadro de choque no campo e o movimento às claras de armamento dos fazendeiros. Também não se pode considerar os recentes massacres como exceção ou simples exagero de policiais mal preparados, como o próprio governo e os partidos patronais deram a parecer.

O Estado e latifundiários mostraram até onde podem chegar e não terão limites no seu terror contra os camponeses se as terras forem ameaçadas pelas ocupações. Se o MST continuar a crescer em influência e ser um fator de agudização da luta no campo, embora sua orientação política se dirija para reformas limitadas e ações pacíficas, a burguesia e seu governo desfechará uma repressão muito superior. E se o MST, temeroso do confronto, se limitar e não avançar levará a luta camponesa para um beco sem-saída, ou seja, à traição de suas aspirações, que é o fim da opressão latifundiária.

É nessa encruzilhada que se encontra o combate no campo. A orientação política das direções pesará cada vez mais. A ação do Estado e da UDR, de um lado, e a necessidade das bases obrigarão a uma definição mais clara da direção, que tudo indica tende para a adaptação.

É nossa obrigação de corrente revolucionária, que trabalha pela revolução proletária, defender a via da luta de classes, da autodefesa, da aliança operário e camponesa e do programa agrário da nacionalização das terras através da expropriação sem indenização. É com essa linha que nos colocamos perante o movimento camponês e o apoiamos incondicionalmente contra os ataques do Estado e dos latifundiários.



# Trabalhadores lutam contra projeto de demissões

Juraci Magalhães (PMDB), prefeito de Fortaleza, tem buscado implementar nos marcos municipais o projeto neoliberal (pró-imperialista) de destruição dos serviços públicos a de ataque aos servidores.

Para tal fim, foi apresentada à Câmara Municipal corrompida um projeto antipopular de reforma administrativa. De acordo com o projeto, criam-se três supersecretarias (Ação Governamental, Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente) e extingue-se as Secretarias de Saúde e Educação. Surgem, também, as Secretarias Executivas Regionais (SERs), responsáveis pelas regiões administrativas da cidade, incumbindo-se das áreas de educação, transporte coletivo, limpeza urbana, entre outras.

Detrás da fachada de "descentralização" e "modernidade", procura-se destruir a saúde e educação públicas, remanejar servidores, privatizar empresas mistas como o Frigorífico Industrial de Fortaleza (FRIFORT) e demitir para reduzir as despesas de pessoal, além de aprofundar mais o clientelismo e a corrupção, próprios do Estado burguês. De fato, essa reforma administrativa expressa os interesses das empreiteiras, da Câmara de Diretores Lojistas (CDL), dos empresários de transportes e demais capitalistas, que pretendem lucrar mais às custas dos trabalhadores de Fortaleza.

O interessante é que essa reforma antipopular se espelha na administração petista de Luíza Erundina, ex-prefeita de São Paulo. Juraci convidou até o sociólogo Luciano Prates Junqueira, que assessorou Luíza Erundina. Isto revela uma das utilidades do chamado "modo petista de governar": servir de modelo para os opressores dos servidores e demais trabalhadores.

## A Luta contra a Reforma Antipopular

Diante do prazo de setenta e duas horas dado à Câmara Municipal corrompida para aprovar a reforma antipopular, os trabalhadores mobilizaram-se. O Fórum Sindical-Popular-Estudantil, frente única que congrega organizações políticas (POR, PART, O Trabalho), grêmios, centros acadêmicos, entidades populares (UME, UCGF) e sindicatos (SINTSEF, SINDIUTE, SINPRECE, SINTUFC, SINDFOR), tirou a posição de impedir a votação da reforma antipopular.



No dia 20, centenas de servidores públicos, professores, estudantes, sem-teto e trabalhadores em geral, ocuparam o prédio da Câmara Municipal (ação direta), o que fortaleceu mais ainda o movimento. Já no dia 21, a Guarda Municipal, armada de revólveres, punhais e cacetetes, apoiada por integrantes da Batalhão de Choque da PM, atacou os manifestantes com tiros, facadas e cacetadas. O resultado foi o espancamento e prisão de trabalhadores que lutavam contra a desemprego e a miséria. O pior é que tudo isso foi ordenado pelo presidente da Câmara corrompida Aclon Gonçalves (PMDB), eleita ainda em janeiro com os votos dos vereadores petistas Durval Ferraz (Igreja), Luziane Lins (Democracia Socialista), Nelson Martins (Articulação), e do PCdoB (Chico Lopes). Com a repressão aos manifestantes os vereadores tiveram a tranqüilidade necessária para aprovar a reforma antipopular.

A manifestação revelou a crise de direção política e as ilusões democratizantes das massas. Muitos servidores chamavam Juraci de traidor e pediam aos vereadores dos partidos burgueses que ficassem ao lado do povo, ignorando que Juraci e os vereadores pró-burgueses estão a serviço dos capitalistas contra os explorados e oprimidos.

No entanto, a experiência dos dois dias de luta foi progressiva para a evolução política das massas. Serviu para desmascarar a reforma antipopular, os partidos burgueses (PMDB, PFL, PPB, PTB, PSDB etc.), os refor-

mistas (PT, PCdoB) que apresentaram emendas à reforma, e o próprio Estado burguês (Câmara Municipal), como instituição corrompida e opressora. O principal é que os trabalhadores começaram a ter confiança em suas próprias forças. Pois foi a ocupação da Câmara Municipal corrompida, e não as manobras parlamentares dos vereadores reformistas (PT, PCdoB), que barrou a votação da reforma antipopular no dia 20.

## Um Teste para a Esquerda

É na luta de classes que os programas e os partidos políticos são testados, diferenciando-se os revolucionários dos reformistas e centristas. Nos dias 20 e 21 foi posta à prova a esquerda no Ceará.

O PT, através de seus vereadores, buscou desviar a luta para a votação de requerimentos e pelo melhoramento da reforma antipopular, por meio de emendas, não apoiando a ação direta das massas. No dia 22, a direção da PT eximiu-se de qualquer responsabilidade quanto a manifestação dos trabalhadores. O que desmoralizou a corrente petista "O Trabalho", que não cansa de dizer que o PT é um "partido operário independente", mesmo quando este partido demite servidores no Espírito Santo (Vitor Buaiz) a vira as costas para os trabalhadores no Ceará.

O vereador do PCdoB, Chico Lopes, de acordo com a adaptação do estalinismo à democracia burguesa, disse que a culpa era de Juraci, e defendeu a Câmara Municipal cor-

Nacional



rompida.

O PSTU, que sempre chama as massas para as ruas e se diz luta e socialista, não apareceu nenhum dia, nem se solidarizou com os trabalhadores, revelando a inconsistência do centrismo, sempre oscilando entre um discurso revolucionário e uma prática reformista.

A LBI, racha sem princípios de Causa Operária, apareceu um dia, tentou vender seu jornal por uns dez minutos, como não conseguiu, foi embora. Já a Frente Revolucionária, adepta dos métodos radicais de luta e defensora da ruptura com a CUT, também não apareceu, embora estivesse na reunião do Fórum Sindical-Popular-Estudantil que organizou o ato.

O PART, apesar da combatividade de seus militantes, revelou a contradição entre sua base social e o programa que defende. Tendo por ancestral o PCdoB,

não conseguiu evoluir para o marxismo de nosso tempo, isto é, o trotskismo. Por contrapor uma suposta "revolução humana" (acima das classes em luta) baseada numa fictícia "democracia direta" (democratização do Estado burguês) à estratégia da revolução e ditadura proletárias, subordina-se facilmente às pressões da política burguesa. Assim, ao mesmo tempo que radicalizava nas formas de luta, propunha mais tempo para a votação da reforma (fevereiro), para que esta fosse melhor discutida pelos vereadores, servidores e prefeitura.

O Partido Operário Revolucionário (POR), ainda embrionário, esteve com seus simpatizantes na linha de frente da manifestação, desenvolvendo o programa revolucionário através de palavras-de-ordem ("Trabalhador unido jamais será vencido") e intervenções, ao mesmo tempo em que combatia as ilusões democratizantes. No dia 20, um de seus militantes foi ameaçado de punhal por um agente provocador, enquanto no dia 21 outro militante foi ferido pelas forças de repressão burguesas. Apesar de suas limitações, como no dia 17 de dezembro (ato contra a Mercosul), o POR, nos dias 20 e 21, procurou realizar a tarefa de penetrar no seio das

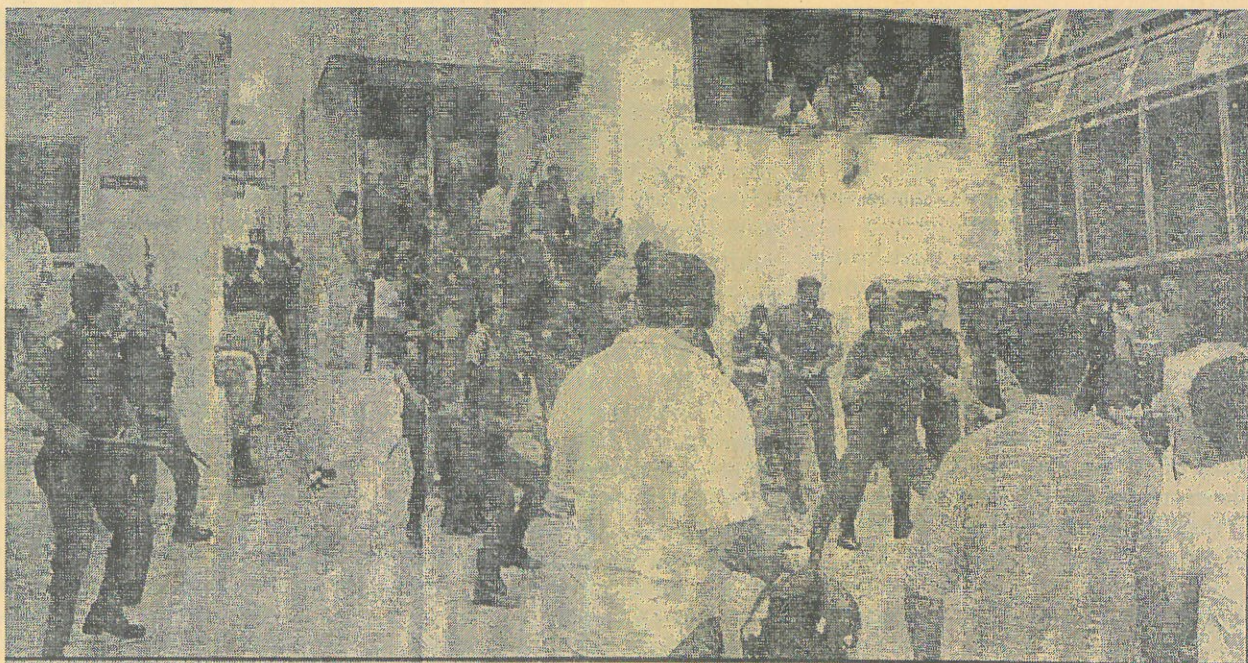
massas para transformá-las de instintivas em conscientes, única forma de superar a crise de direção e derrotar a ofensiva burguesa.

### O Caminho a Seguir

O movimento contra a reforma antipopular de Juraci, da Câmara Municipal corrompida e da burguesia, só pode avançar integrando-se na luta nacional contra o governo FHC e seu plano pró-imperialista, sob a estratégia da Revolução e Ditadura Proletárias. Para tanto, é preciso fortalecer os sindicatos e as organizações por local de trabalho, construindo no seio dos servidores a CORRENTE PROLETÁRIA SINDICAL e preparar a resistência grevista, unitária a revolucionária.

- Abaixo o governo FHC e seu plano de fome!
- Abaixo Juraci e a Câmara Municipal corrompida!
- Derrotar a reforma antipopular na luta!
- Construir a Corrente Proletária Sindical!
- Preparar a Greve Geral por tempo indeterminado!
- Pela estratégia da Revolução e Ditadura Proletárias!

Nacional





# O que os déficits estão indicando?

O crescente déficit da balança comercial, que no ano de 96 atingiu 5,539 bilhões de dólares, e o correspondente à dívida externa, que cresce incessantemente devido às altas taxas de juros, indicam a fragilidade do Plano Real. Ambos os déficits correspondem à linha de proteção ao capital financeiro e às multinacionais. As vigas mestras do Plano Real são abertura de mercado, atração de investidores externos, manutenção do endividamento, desestatização, eliminação de direitos trabalhistas e arrocho salarial. Faz parte delas a artificiosa vinculação do Real ao dólar. Assim, a moeda se encontra supervalorizada.

A abertura comercial, constituída pelo drástico rebaixamento das tarifas alfandegárias protecionistas, unida à supervalorização do Real perante o dólar, são responsáveis pelo desequilíbrio da balança comercial. As exportações tiveram um pequeno crescimento (2,67%) enquanto que as importações se elevaram gigantesco (6,9%). O déficit daí decorrido é considerado um dos maiores da história comercial do Brasil, só comparado com o de 1974. Tudo indica que continuará a crescer, uma vez que o governo está atrelado às pressões do imperialismo para que complete a abertura do mercado, pondo fim à restrição tarifária ainda existente e ao critério de cotas para a indústria automobilística.

Recordemos que anteriormente o país era superavitário, contando com a anuência do imperialismo que se utilizava dos excedentes de dólares para receber os juros da dívida externa. Assim, a política econômica do governo se voltava para o aumento da exportação, não importando se tivesse de desvalorizar a moeda e expropriar uma parte dos salários da noite para o dia. O Plano Real inverteu a equação, favorecendo as importações, uma vez que se tratava de nova exigência da burguesia internacional premiada pela crise de superprodução e guerra comercial.

Somente um dado da equação se manteve, a que diz respeito ao valor da força de trabalho. Os salários foram congelados por um ano e nos dissídios os reajustes não repõem as perdas. Manteve-se assim os canais abertos de saque imperialista (opressão nacional) e a superexploração do trabalho (opressão social). Constatamos que agrava a situação de vida das massas. A opressão nacional resulta em incremento da opressão social.

No caso da abertura forçada do mercado interno às importações, esta se volta contra a indústria interna e, consequentemente, contra o emprego de milhões. Num país marcado pela existência de um grande exército de desempregados crônicos, o fechamento de postos de trabalho em grande escala intensifica a barbárie social. Os dados de desemprego do ano de 96 mostram essa realidade.

Sob pressão do setor exportador e do rápido avanço dos desequilíbrios internos, o governo procurou amenizar o problema dando vantagens à exportação agrícola e de semimanufaturados, através de isenções de impostos. Isenções que pouco efeito tiveram para incrementar as exportações, mas que favoreceram os ganhos de uma parcela do capital e agrava-

ram o déficit do orçamento estatal, incluindo aí os estados e municípios. Por outro lado, restabeleceu alíquotas, antes rebaixadas, a setores como têxtil etc, bem como cotas automobilísticas. Mesmo assim, o déficit comercial foi explosivo.

Mas o problema está em que o imperialismo já não está mais admitindo tal controle, pois contraria a diretriz de abertura total, de forma que as multinacionais e o capital financeiro tenham a máxima liberdade de explorar as semicolônias. O conflito instalado na OMC pelos Estados Unidos e Europa contra o Brasil indica a ofensiva das potências para que o governo brasileiro atenda às exigências da dita globalização, sinônimo de entreguismo descarado.

A dificuldade do governo não está na natureza de sua política econômica, mas sim nos choques internos interburgueses e nos riscos de derrocada do Plano Real. Um aprofundamento dos déficits comercial e orçamentário pode colocar o Brasil na situação de insolvência, como ocorreu no México, em que os especuladores internacionais retiraram suas aplicações e a moeda mexicana se desvalorizou rapidamente, elevando às nuvens a dívida internacional.

Para compensar as exigências do imperialismo, o governo joga com as privatizações, que no ano passado sacrificaram por inteiro o sistema ferroviário, entregue a empresas estrangeiras. Em 1997, será a vez das telecomunicações, do complexo elétrico, petróleo e da Vale do Rio Doce. Esta última na pendência de FHC arrefecer a resistência de governadores, setores militares e restos de nacionalistas. É importante verificar que em nome da estabilidade monetária, que não tem nenhuma solidez como pretendem dar a entender os mentores do Plano Real, e do controle inflacionário, pratica-se uma diretriz criminoso de desnacionalização, quebra de setores industriais e comerciais, favorecimento de banqueiros e ataque às conquistas elementares das massas, como aposentadoria, estabilidade etc.

Já está nos cálculos da burguesia que o governo investirá fortemente contra os assalariados através da chamada flexibilização e do Custo Brasil. A conclusão burguesa de que é preciso tornar o país competitivo, uma vez que a abertura comercial se impõe inexoravelmente pela "globalização", e é um argumento para justificar a ofensiva contra os assalariados. Serve para fundamentar a burocracia sindical, que assimila as explicações dos exploradores e que as utiliza como freio das lutas.

Mesmo assim o ano passado foi marcado pelo elevado número de greves, que indicam a resistência aos efeitos do Plano de desemprego e miséria. Mas o fato de permanecerem isoladas e circunscritas a reivindicações atomizadas não puderam se transformar em luta aberta e geral contra o Plano. Em grande medida, isso se deve à política da burocracia sindical de adaptação aos ataques das reformas e, portanto, de capitulação diante do imperialismo.

Vemos que os sindicatos e as Centrais foram neutralizados perante a opressão nacional e social, de forma a não servirem

de canal de mobilização unitária contra a reforma pró-imperialista e antipopular. Está aí a explicação por que uma diretriz econômica tão violenta tem sido suportada pelas massas, sem que tenham tido a possibilidade de identificarem sua raiz de classe e o papel do governo na sua aplicação. Mais ainda: a neutralização dos sindicatos e a sua colocação, em muitos casos, a serviço das reformas, como tem feito abertamente a Força Sindical e mais disfarçadamente a CUT, explica também como um Plano tão nefasto e contraditório com o desenvolvimento das forças produtivas nacionais ainda esteja de pé. Assim, o governo de coalizão pró-imperialista de FHC tem conseguido manobrar os choques interburgueses e mantido o apoio do imperialismo.

Até que ponto poderá sustentar essa margem de ação é o seu problema. O déficit comercial ainda não chegou a colocar em dificuldade o Plano, mas indica que o fará, uma vez que o governo está fadado a promover maior abertura pleiteada pelas potências. E terá de agir com mais contundência contra as massas, promovendo a extinção de direitos sociais e facilitando as demissões em massa.

A tarefa revolucionária continua sendo a de defender a derrubada integral do Plano antinacional e antipopular, como meio para se desenvolver entre as massas uma plataforma de defesa de suas vidas, como parte do programa estratégico da revolução proletária. As massas se elevarão contra o Plano e o Estado burguês partindo das reivindicações elementares, econômicas e democráticas. Através delas, a vanguarda militante poderá desenvolver o programa da luta antiimperialista e anticapitalista.

Trata-se de acompanhar os passos da crise econômica e a trajetória das contradições do Plano, para combater diariamente os capitalistas e seu governo. A tática a ser aplicada na situação é a de transformar a resistência econômica das massas em luta política contra o Plano. Por esse caminho, a classe operária se libertará das pressões da burocracia e das influências políticas da classe dominante. E caminhará contra o governo pró-imperialista.

Nacional



# Burocracia se nega a colocar os sindicatos em defesa dos salários.

A política salarial do governo extinguiu as correções obrigatórias. E congelou os salários por um ano, ou seja, estabeleceu o dissídio anual. Segundo o governo, isso se deve ao fato da inflação estar sob controle e, portanto, os preços estáveis. O que se passou em 1996? Com uma inflação de 11%, os melhores reajustes não passaram de 9%. A regra geral foi de reajustes bem abaixo do índice inflacionário. Os sindicatos, dominados por uma burocracia corrompida, não tiveram uma reação à altura, para defender o poder de compra dos já baixos salários. Os capitalistas ficaram contentíssimos, pois puderam lucrar mais com a perda salarial dos trabalhadores. O governo, por sua vez, se viu aliviado, uma vez que o Plano Real se escora na contenção salarial e no desemprego em massa. Sem as massas saindo para o combate em defesa de suas vidas, o Plano ficou protegido e o governo não teve de mostrar toda sua face de opressor do povo. No nível político, reuniu as condições para impor a emenda de reeleição, utilizando-se inclusive do argumento que o povo apóia o Plano e seu governo. A burocracia sindical, ao amordaçar os trabalhadores, não permitindo que os sindicatos saíssem em defesa dos salários e pela derrubada da política salarial do Plano FHC contribuiu para o empobrecimento das massas e pela sustentação do governo.

## Rebater a farsa da participação nos lucros

Os porta-vozes dos patrões e do governo dizem que as campanhas salariais ganharam novos contornos na era do Plano Real. Os sindicatos já não lutam por aumentos salariais, preferindo reivindicar a participação nos lucros. Nesse sentido, foi muito elogiado o dissídio do sindicato dos bancários. Certamente porque favoreceu os banqueiros.

Recentemente, tivemos a greve dos condutores de ônibus. A reivindicação era de 600 reais. Uma greve de 90% de paralisação, durou algumas horas e se fechou um acordo na Justiça de trabalho de 200 reais, divididos em duas parcelas de 100. Uma migalha.

A gravidade da capitulação da burocracia sindical perante o Plano Real não pára aí. Ocorre que a migalha de participação no lucro é totalmente separada dos salários. Não há incorporação de nenhum tipo. Nem sequer sobre os encargos trabalhistas e previdenciários. Na realidade, é um abono disfarçado de participação nos lucros.

Essa farsa tem claro objetivo. Evitar a reposição das perdas e qualquer elevação salarial. Assim, seu valor vai sendo esmerilhado. Tudo em nome da estabilidade econômica, que quer dizer estabilidade para a burguesia continuar obtendo lucros às custas da fome e miséria dos trabalhadores.

Denunciamos essa burocracia sindical corrompida, que engana os trabalhadores

com as vantagens da participação nos lucros. Não há nenhuma participação nos lucros, o que há é o lucro dos capitalistas comendo os salários.

Está aí por que defendemos a reposição de todas as perdas e a elevação salarial. Para defender o trabalho contra o capital, ou seja, os trabalhadores contra os capitalistas, é preciso mobilizar nacionalmente os explorados para derrubar o Plano de fome e miséria do governo FHC.

## A tarefa é construir uma direção revolucionária

A submissão da CUT e sindicatos ao Plano neoliberal, apesar de em palavras se dizerem oposição, tem provocado um atraso na evolução do movimento operário. Na outra ponta, está a Força Sindical, apoiada no Sindicato Metalúrgico de São Paulo, que não disfarça seu apoio ao governo, a ponto de doar dinheiro dos sindicatos para a campanha de reeleição de FHC. Essas duas frações mais poderosas da burocracia controlam a vida das fábricas e têm servido de correia de transmissão dos interesses dos capitalistas. Estes se servem tanto dos reformistas da CUT quanto dos direitistas para colocar os sindicatos em sintonia com a política governamental.

Se os reformistas ameaçam qualquer ação contra as medidas do governo, ainda que em palavras, a Força Sindical é acionada para dar apoio à burguesia. Logo os reformistas se recolhem e dizem que os trabalhadores não querem lutar. Quando o descontentamento cresce entre as massas, aí os reformistas e forçistas fazem frente única para desarmar as lutas. Ora estão divididos ora estão unidos, mas sempre para evitar o avanço do movimento operário.

Ainda há tolos bem intencionados que não conseguem ver nem entender o papel da fração esquerdista (reformista) e direitista (abertamente pró-imperialista) de freio do movimento de massas e obstáculo à organização independente da classe operária. Assim, chegam a combater a tarefa de constituir uma fração revolucionária, que se baseie num programa de destruição do capitalismo e edificação do socialismo.

De nossa parte, vemos com clareza a necessidade de varrer da direção do movimento operário a burocracia traidora. A crise do capitalismo e a política antipopular da burguesia empurra e empurrará os trabalhadores à luta. Apesar do controle burocrático, o ano passado foi marcado pelo crescimento das greves, que não tiveram maiores repercussões devido sua fragmentação. Esses combates, certamente, acumulam experiência e servirão mais à frente para a classe operária se sublevar contra o Plano de fome e desemprego, rompendo com a muralha da burocracia reformista e direitista.

É nessa tendência instintiva das massas que se constituirá uma poderosa fração revolucionária. Mas não será o espontaneísmo de sua ação instintiva que gerará a direção revolucionária. É preciso a intervenção revolucionária dos marxistas, que lutam por estruturar o Partido Operário Revolucionário, para se construir a vanguarda consciente das massas e transformar o movimento instintivo da classe operária em luta antiimperialista e anticapitalista.

Eis por que o trabalho pela libertação dos sindicatos das mãos da burocracia é necessário. Eis por que a defesa radical do salário e emprego é imprescindível para se desenvolver entre as massas o programa da revolução proletária.



## A face contra-revolucionária do reformismo

O XXVI Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), realizado no final de janeiro, contou com 1500 delegados. Foram apresentadas nove teses, representando as diferentes correntes políticas que atuam no movimento. A Articulação, corrente majoritária, encabeçou uma tese, que se transformou em documento-guia. A Alternativa Sindical Socialista (ASS), segunda força política do congresso, votou nas principais resoluções juntamente com a Articulação.

O oportunismo dessa ala, que já compunha a direção, se revelou no momento da montagem de uma chapa própria. Isso porque não se diferenciou na essência da política do reformismo e a chapa acabou expressando a disputa pelos cargos. A Corrente Sindical Clássica (PCdoB) foi fundo na sua concepção de alianças com os "setores progressistas", se somou com as duas primeiras correntes para combater as posições revolucionárias. A montagem de sua chapa também revelou as disputas na interior do aparelho sindical. Pois, esteve mais próxima da Articulação e da ASS do que dos outros agrupamentos políticos. Não é por acaso que havia uma possibilidade de composição entre essas três forças. Só não se realizou porque a ASS se mostrou intransigente na ânsia de cavar mais cargos.

A Articulação, por sua vez, não aceitou a dobradinha com o PCdoB. Para ela, ou uma chapa unitária com Articulação, ASS e PCdoB ou chapas próprias. Esta última foi a que vingou. O PSTU compareceu na expectativa de deslocar um desses setores para o seu campo. Pouco importava as posições políticas, mas sim o desejo de conformar uma chapa com o PCdoB e ASS. Como não se efetivou, coube ao PSTU se aliar com O Trabalho, que juntamente com a Articulação e ASS participa do PT, formando assim uma outra chapa. As correntes que se opuseram à política do reformismo, a Tendência pelo Partido Operário Revolucionário (POR), LOI, LBI, Coletivo dos Trabalhadores e independentes, embora com diferenças, se conformaram em torno de um programa e se apresentaram com chapa própria.

O resultado foi que a chapa da Articulação obteve 747, a ASS 394, o PCdoB 134, o PSTU 120 e a composta pelo POR, Coletivo etc conseguiu 44 votos. O que quer dizer que a Articulação teve 51,8% e ASS com 27,2%. As demais correntes obtiveram: PCdoB 9,3%, PSTU 8,3% e os chamados radicais 3,5%. Dessa forma, a direção foi composta pela Articulação e ASS. A permanência da presidência nas mãos

de Carlos Abicalil representou a continuidade da política reformista da Articulação, responsável, em boa medida, pela não resistência dos trabalhadores à reforma destruidora do ensino público.

### O significado político das resoluções aprovadas

A Articulação combateu duramente as posições marxistas, expressas pela tese do POR, de compreensão da realidade histórica. Para isso, se apoiou nas concepções dos ideólogos burgueses de que o capitalismo se recompõe, fruto do predomínio do capital financeiro, das ações das transnacionais e das novas relações produtivas. Dizem que o atual sistema de produção vive sua etapa de "globalização". Pelo fato de rechaçar a análise de que vivemos a crise estrutural do capitalismo, que se materializa na crise de superprodução, resultado do choque brutal entre as potencialidades de desenvolvimento das forças produtivas e o bloqueio determinado pela propriedade monopolista de produção, esteve obrigada a ir fundo na defesa do sistema capitalista em desagregação.

Dessa forma, expôs as consequências da fase imperialista como sendo efeitos negativos de uma recomposição do capital. A agudização da opressão nacional, por parte dos países imperialistas, sobre as semicolônias e sobre as economias outrora estatizadas, foi um dos pontos que a tese da direção combateu duramente. O argumento utilizado de que os países latino-americanos, que alcançaram um desenvolvimento industrial na década passada, e que estão abertos à modernização tecnológica, poderão fazer parte dessa economia "globalizada", foi um dos aspectos fortes da tese reformista. Isso porque se contrapôs ao caráter da opressão imperialista e à condição de países semicolônias àqueles que chegaram tardiamente ao mercado, quando este já se encontrava sob a égide do capital imperialista.

Por outro lado, combateram as posições trotskistas sobre a restauração capitalista no Leste-Europeu, ex-URSS etc. Isso porque os reformistas não admitem demonstrar a responsabilidade histórica do estalinismo. A razão está em que consideram que a restauração é fruto do fracasso do socialismo científico (marxismo-leninismo) e do triunfo definitivo do capitalismo.

Em relação ao neoliberalismo, política imperialista para as semicolônias, a Articulação o resumiu a efeitos negativos. Por isso, rebateu a luta para pôr abaixo integralmente os planos antinacionais e antipopulares. O seu argu-

mento era de que não se pode fazer a política do não, mas sim apresentar formas propositivas para enfrentar os chamados novos desafios.

Nesse sentido, a burocratização e a política de colaboração desenvolvida pela CNTE, CUT e sindicatos foi rechaçada. Opostamente, a tese dos reformistas enfatizou o "novo" caráter do sindicalismo. Ou seja, o interlocutor, "negociador", o "propositivo", aquele que disputa a "hegemonia na sociedade" etc. Não é por acaso que a Articulação defendeu os "sindicatos orgânicos".

A política da Articulação se resumiu no embelezamento do sistema capitalista apodrecido. Os sindicatos e Central estão sendo colocados a serviço da manutenção das relações capitalistas. Dessa forma, foi obrigada a combater o papel dos sindicatos como um dos mecanismos de acirramento da luta de classes e de instrumento auxiliar da revolução proletária, defendido pelos poristas.

Essa linha pró-capitalista foi responsável por não se ter aprovado um plano de luta, que permitisse unificar os trabalhadores contra as reformas neoliberais de fome e miséria do governo FHC. Não pôde aprovar uma tática de ação para enfrentar as medidas de destruição do ensino público e gratuito. Mais uma vez ficou demonstrado que o reformismo, por ser uma correia de transmissão ideológica burguesa contra a revolução proletária, se constituiu numa trava ao movimento social. A essência do balanço está em que a Articulação-PT demonstrou avançar em posições contra-revolucionárias.

Obs: Logo mais sairá um folheto de balanço sobre o Congresso

OPERAÇÃO  
Educação



# Carta de um estudante simpatizante do POR

Aconteceu do dia 13 ao dia 16 de Janeiro, em Brasília, uma manifestação de jovens ligados à UJS, UBES, UPES, PT, PCdoB e alguns sindicalistas contrários à emenda da reeleição do presidente FHC. A manifestação era comandada na sua maioria por secundaristas filiados à UJS e ao estalinista e corrompido PCdoB.

No segundo dia de manifestações (terça-feira) os grupos manifestantes foram para dentro do Congresso para acompanhar os discursos de várias personalidades que ali estavam, tais como: João Amazonas, José Dirceu, Lula, os presidentes da UNE, da UBES, e até mesmo o presidente do PMDB, Paes de Andrade, que por sinal foi bastante aplaudido de pé por todos os que estavam dentro do Congresso,

até mesmo pelo pessoal do PCdoB, UJS e PT que estavam literalmente iludidos com as palavras de Paes de Andrade, que havia realizado dias atrás a convenção do PMDB, onde havia-se decidido pela oposição à reeleição de FHC. Os integrantes da UJS e PCdoB gritavam palavras de ordem como: "Reeleição assim é Golpe". Passado este dia de manifestações, as lideranças se reuniram e planejaram uma entrada forçada no Congresso no dia seguinte,

Chegado a quarta-feira, de manhã, um grupo de 5 pessoas da UJS e do PC do B entraram escondidos no Congresso e depois foram retirados à força pelos seguranças, o que causou um certo tumulto; logo depois chegaram os outros manifestantes completando assim um grupo de cerca de 50 pessoas em frente a uma das entradas do Congresso; daí em diante passaram a soltar gritos de guerra e palavras de ordem e comando, mas todas as tentativas de entrada foram frustradas pelo órgão repressor local.

Depois de um certo tempo já podia se perceber que muitos dos manifestantes estavam ali para bagunçar ou

pra ficar de "oba-oba", eram raras as pessoas que estavam ali realmente em luta contra a reeleição, e isto é mais uma amostra de como vai a "militância" do PC doB e UJS que na maioria das vezes são levados pelo "oba-oba", com intenções contrárias, muitas das vezes, ao assunto em luta, e que ainda dizem e afirmam estarem na luta por um país sem corrupção, sem fome e miséria. Esta é a corrompida juventude revolucionária do coqueiro da revolução, os estalinistas do PC do B.

Todos enganados e iludidos pelas direções corrompidas e burocratizadas que ajudam a manter em pé um sistema de exploração e opressão sobre os trabalhadores.

A resposta contra a traição das direções corrompidas deve vir de uma militância séria, combativa, contrária a este sistema opressor e contra toda a burocratização das entidades populares, contra a burguesia e seu sistema sangue-sugas (capitalismo), lutar pelo socialismo.

VIVA A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA!

Educação



## Judiciários SP

### Organizar toda a categoria: Nossa função primordial

A situação da categoria dos judiciários de São Paulo não é das melhores: Os salários estão congelados há mais de 2 anos, acarretando grandes perdas para todos. As condições de trabalho são péssimas (faltam desde materiais de trabalho básicos até a segurança dos prédios). As perseguições por parte dos juizes e das chefias são cada vez

maiores, principalmente às companheiras etc.

Sabemos que nossa categoria é constituída majoritariamente por mulheres, e são essas sem exceção as mais discriminadas. Vemos que são assediadas em troca de favorecimentos nos cargos e que isso gera uma grande rivalidade entre as funcionárias dos cartórios. Essa é mais uma jogada para dividir e desmobilizar a categoria, pois enquanto as companheiras ficam brigando por cargos ou outros favorecimentos, continuam sendo humilhadas, desmobilizadas, e sem a mínima organização para lutar

por suas reivindicações.

É hora de mudar este jogo imposto pelo TJ. Nós precisamos nos organizar, precisamos discutir como tirar nossa categoria desta apatia e voltarmos as grandes mobilizações que fizemos e onde conquistamos importantes vitórias.

A *Corrente Proletária no Judiciário* procura ajudar os companheiros nesta tarefa essencial para a categoria. Especialmente num momento onde estão fechando o cerco para a aprovação da Reforma Administrativa que significará a demissão de grande parte da categoria.

ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

## O programa do POR

# A independência nacional

A economia capitalista é mundial, embora contraditoriamente se conservem as fronteiras nacionais. As forças produtivas que se desenvolvem no interior dessas fronteiras são partes constitutivas dessa unidade superior. Por ela estão condicionadas. No Brasil, o embrião desse sistema econômico foi introduzido pelos colonizadores na forma de pré-capitalismo. Enquanto o capitalismo mundial se desenvolvia em grande velocidade, capitaneado por apenas alguns países europeus, tendo a Inglaterra à frente, a colônia brasileira se arrastava no atraso das relações pré-capitalistas, caracterizadas pela exploração agrícola e do trabalho escravo.

Assim, durante quase 400 anos, as forças produtivas internas caminharam lentamente, de acordo com as imposições das metrópoles exploradoras. A industrialização só teve início (pois anteriormente foi abortada) no final do século XIX, e só foi ter grande impulso a partir de 1930. Sendo que na década de 50 é que se organizou uma industrialização mais poderosa. Vemos que tardiamente as forças produtivas capitalistas tiveram seu desenvolvimento. O capitalismo mundial já havia ultrapassado sua fase liberal e entrado na última etapa de desenvolvimento, que é a do imperialismo.

Na etapa colonialista, as potências capitalistas mantiveram o pré-capitalismo por vários séculos, saqueando os continentes. Na etapa imperialista, as colônias foram sendo transformadas em semicolônias, caracterizando-se pela predominância das relações capitalistas de produção. Porém, por sua condição de economia nacional dependente da economia mundial dominada por algumas potências, dentre as quais se destacaram os Estados Unidos, manteve seu atraso. Não pôde eliminar totalmente os traços pré-capitalistas, que se mantiveram como herança do passado colonial. O capitalismo atrasado do Brasil é fruto do domínio mundial do capitalismo imperialista.

A independência da Colônia e sua transformação em Estado Nacional correspondeu à própria evolução do capitalismo mundial para a forma imperialista. Esteve de acordo com a necessidade de expansão da economia mundial, portanto do imperialismo. Porém, a sua constituição em nação independente na forma colonial não lhe conferiu independência na etapa imperialista que o capitalismo assumiu sob a égide de meia dúzia de potências. Para ser independente, teria de dar um grande salto nas forças produtivas, constituir uma poderosa burguesia industrial-financeira e se colocar nos patamares das nações imperialistas, como se passou com os Estados Unidos. Assim como a quase totalidade das nações colonizadas, não pôde senão ocupar na economia mundial o lugar de país semicolonial. Sem dúvida, diferencia-se dentre elas por alcançar uma escala de industrialização e acumulação de capital bem mais avançada, sem contudo poder romper com os elos comuns do atraso e da subordinação ao imperialismo.

É claro que como semicolônia passou por várias

etapas de desenvolvimento econômico, social e político. Inclusive se aproveitando das contradições entre as frações da burguesia imperialista e de aplicação de medidas nacionalistas. O estatismo foi uma importante arma defensiva do capitalismo semicolonial. Mas sem nunca romper com o imperialismo e deixar de servir, em última instância, aos seus interesses. Em todo instante permaneceu a continuidade do poder forâneo, que não só domina através do capital financeiro mas também por meio da inserção e controle das mutinacionais sobre os ramos fundamentais da produção interna.

Constatamos que a burguesia nacional desde sempre foi subalterna à fração mundial imperialista. Suas cisões internas, entre tendências nacionalistas e pró-imperialistas, não puderam libertá-la dessa submissão, mesmo quando predominou o nacionalismo, mais marcante no período varguista. Por sua vez, o proletariado não conseguiu suplantar a burguesia nacional e levar o país à ruptura com a opressão nacional através da revolução social. Tarefa essa vigente (não-resolvida).

O Brasil está inserido na América Latina semicolonial. Por se destacar, depois da década de 50, pela industrialização e maior capacidade comercial, pretendeu exercer liderança no sub-continente. O que quer dizer tirar proveito do atraso e debilidades das demais nações latino-americanas. Entretanto, não fez senão servir aos desígnios dos Estados Unidos e demais metrópoles, auxiliando no fortalecimento da acumulação imperialista. Politicamente, auxiliou, em vários momentos, as débéis burguesias a conterem o movimento revolucionário do proletariado. Também nesses casos agiu em defesa dos interesses do imperialismo, que nesse caso coincidem com o interesse geral da classe capitalista, reforçando seu domínio. O que quer dizer a capacidade de saque das potências perante o continente oprimido.

Na atualidade, o imperialismo depende do avanço da opressão nacional para prolongar o estado de crise geral do capitalismo. Ou seja, do confronto entre as forças produtivas mundiais altamente desenvolvidas e a camisa de força das relações monopolistas de produção. O estreitamento do mercado frente à grande capacidade produtiva instalada, a guerra comercial em curso e o esgotamento dos

Nacional



espaços de manobra do capital financeiro parasitário e altamente concentrado obrigam as potências a se lançarem com voracidade redobrada sobre as semicolônias. É o que os ideólogos da burguesia vêm denominando de globalização e política econômica neoliberal. Em realidade, não passa de ofensiva da opressão nacional, cujo resultado é a expropriação em grande escala de riquezas internas das semicolônias.

A burguesia nacional, apesar de ver sacrificado parte de seu

interesse, se comporta de forma entreguista. A única novidade desse comportamento é quanto ao grau. Sua visão é a de que para salvar o capitalismo de uma grande debaixe que deve sacrificar o país, cedendo uma maior fatia das riquezas já geradas, das potenciais e do mercado interno. Tal situação expõe com maior clareza o problema histórico da ausência da real independência nacional. Problema esse que se agudiza com a crise estrutural do capitalismo e que recai sobre as massas.

A superação das tendências desagregadoras da semicolônia depende da sua emancipação do jugo

imperialista. A burguesia não só não pode realizá-la como reforça a submissão do país às multinacionais. Cabe aos proletariado, por seu lugar que ocupa nas relações de produção, cumprí-la. Trata-se, evidentemente, de uma tarefa revolucionária, por ser antiimperialista e atingir frontalmente os interesses gerais do capitalismo. Por isso, é parte do programa da revolução e ditadura do proletariado. A revolução socialista é que realizará a tarefa democrática de emancipação nacional e liquidação das relações burguesas de opressão nacional.



## A História do Trotskismo no Brasil

### O Nascimento do PORT

*No Massas 124, vimos que a crise que levou a dissolução do Partido Socialista Revolucionário, em 1951 (devido a própria divisão da IV Internacional entre a Seção Pablista, no Secretariado Internacional e a fração que formou o Comitê Internacional, onde nem Sachetta nem o PSR tomaram parte em nenhum dos dois lados) começa a ser resolvida com a greve dos 300 mil em São Paulo (1953). A ascensão das massas fez com que uma parcela dos trotskistas dispersos começasse a se organizar. É isto que veremos agora.*

Após a greve dos 300 mil alguns trotskistas dispersos entram em contato com o "Bureau Latinoamericano da IV Internacional" controlada pelo Secretariado internacional e dirigida por J. Posadas. Estes militantes fundam o Partido Operário revolucionário trotskista que tem como Órgão Central o jornal "Frente Revolucionária".

O PORT iniciou lentamente um trabalho no campesinato de Pernambuco, e entre os operários do Rio e de São Paulo, conseguindo com este trabalho inicial cooptar o grupo de José Maria Crispim.

Crispim, antigo militante do PCB, fazia parte da Comissão Nacional. No início de 1951, num pleno da Comissão Nacional, defendeu a necessidade de se abandonar a linha prestista do "Manifesto de Agosto", que propunha a formação de uma frente democrática de libertação nacional com a burguesia para derrubar Dutra e que no lugar desta linha o partido deveria optar por travar uma luta pelas reivindicações básicas dos trabalhadores. Neste pleno, foi coagido a retirar sua proposta. Mas, em abril, enviou à Comissão Execu-

tiva um documento de crítica à direção pelos erros que esta cometeu, afirmando que "A linha colaboracionista do prestismo foi de fato balão de oxigênio que veio reanimar o sistema dominante do pós guerra". Vendo que a direção não se incomodava em divulgar seu documento começou a discuti-lo com alguns militantes, sendo expulsos do partido em fevereiro de 1952, quando a direção tomou conhecimento, como "desertores e fracionistas".

A partir da incorporação do grupo de Crispim o PORT consegue uma maior penetração do movimento operário no Sudeste com uma boa participação das lutas que se desenvolviam neste momento.

Mas este trabalho era podado pela própria linha posadista que o partido seguia unindo a entrada *suis generis* de Pablo no estalinismo e onde este era fraco no nacionalismo com a de Posadas que insistia na primazia da revolução colonial.

Este amálgama pode ser visto no "Frente Operária" Nº 9, de outubro de 1953, onde afirma que: "a revolução socialista se processa sob nossos olhos, resultando evidentemente numa guerra que o imperialismo prepara (o imperialismo contra a URSS, segundo Pablo), guerra contra-revolucionária que tem o caráter de última e desesperada medida para tentar suas soluções", noutra parte da matéria colocam que "até a guerra a esquerdização das massas, colocadas numa posição oportunista das direções se processara nos seios dos partidos formando amplas alas esquerdas onde deverão estar trabalhando os revolucionários para construir a base do partido revolucionário, que não deixará de surgir durante a guerra".

Mas apesar da linha conciliadora-radical do PORT, este conseguiu um grande desenvolvimento a partir de 1963 com a radicalização das lutas de massas, fruto de um intenso rebaixamento do nível de vida das massas.

Sobre isto falaremos numa próxima oportunidade.

## Correspondência

**A carta que segue é uma resposta a um simpatizante que nos escreveu com o objetivo de conhecer as posições do Jornal Massas. Em sua correspondência, indaga: "Pelo o que meu amigo me disse vocês são totalmente de esquerda, creio que sejam também apartidários. Digo isso, porque não acredito em partidos, seja ele único ou não; acredito no socialismo, mas que este esteja nas mãos do povo e seja exercido pelo mesmo".**

São Paulo, 30 de janeiro de 1997

Saudações

Ficamos contentes por saber que seu amigo divulgou para você a nossa existência. Trabalhamos com afinco para construir uma corrente revolucionária, ou seja, uma corrente que desenvolva a luta programática pela destruição da opressão do homem pelo homem. E como sabemos, essa opressão é fruto de relações econômicas, sociais e políticas, que caracterizam o sistema capitalista de produção.

Em sua carta, você nos pergunta se somos de esquerda e antipartidário. Sim, constituímos um agrupamento de esquerda. Mas esse conceito é muito genérico e, portanto, impreciso. O mais correto é dizer que lutamos pela construção de um partido revolucionário. Por aí, já respondemos a segunda parte de sua indagação. Ou seja, não somos apartidários.

Justamente, ser de esquerda e revolucionário, no sentido histórico e político preciso, significa construir o partido da revolução proletária. Sem esse instrumento, o capitalismo decadente continuará a massacrar a classe operária, camponeses pobres e demais trabalhadores. Politicamente, continuará o domínio dos partidos da burguesia, dos quais hoje faz parte o PT, que nasceu dizendo ser dos trabalhadores.

Tais partidos se utilizam das manhas da democracia capitalista para manter o sistema de exploração. Enganam com o mecanismo eleitoral. E se apóiam em um Estado que tem por coluna vertebral as forças de repressão militar e policial contra as massas.

Há outros meios de dominação burguesa. Falamos da existência de uma burocracia sindical corrompida, que anulam a CUT como organismo de massa e fazem dos sindicatos instrumentos de colaboração com os capitalistas. Com a idéia de que a revolução já não é mais possível e que o viável é fazer reformas, os burocratas desviam o movimento operário de sua tarefa histórica.

Concorrem também para a sus-

tentação da ditadura de classe da burguesia sobre os trabalhadores as Igrejas, Escolas etc. Essas instituições disseminam a idéia de que a classe operária não pode se revoltar e utilizar-se da violência revolucionária contra aqueles que impõem a fome, a miséria e o desemprego. São fontes ideológicas de defesa do sistema de opressão do homem pelo homem. As relações econômicas de exploração da minoria sobre a imensa maioria é que permitem que arcaísmos ideológicos como esses permaneçam e continuem a obscurecer a consciência dos oprimidos.

Em muitos trabalhadores se desenvolve a repulsa aos partidos e a idéia do apartidarismo porque suas experiências se resumem aos partidos da burguesia e àqueles que se vestem de trabalhadores, de esquerda, mas na realidade cumprem o papel oposto. Esse apartidarismo é saudável até certo ponto. Isso porque indica a quebra de ilusões nos partidos dos exploradores. Mas deixa de ser positivo quando se cristaliza em posição política de negação geral aos partidos.

A própria burguesia tem interesse que aqueles que acordam para o papel dos partidos reacionários se tornem apartidários, pois assim estarão rompendo sua evolução. Ou seja, estarão deixando de compreender que a questão não são os partidos em geral, mas sim o conteúdo de classe dos partidos. Esses são criaturas nascidas da existência das classes sociais.

No capitalismo, duas são as classes fundamentais e antagônicas: a burguesia e o proletariado. A primeira tem seus partidos para assegurarem sua ditadura de classe minoritária sobre a maioria explorada. A segunda constrói seus partidos revolucionários para destruir o poder burguês. Está aí por que a burguesia, através do seu poder econômico, político e militar, combate a ferro e fogo a construção do Partido Operário Revolucionário. Uma de suas ações é a de evitar que através da experiência da luta os explorados compreendam o conteúdo de classe de seus partidos e se coloque por construir seu próprio partido.

O sentimento do apartidarismo, que vem da observação das massas sobre a corrupção dos partidos burgueses, sobre a fraude do parlamento, sobre as medidas antioperárias que tomam etc, é desenvolvido ideologicamente pelos porta-vozes da burguesia para combater a construção da consciência revolucionária. Eis a razão de não só não sermos apartidários como combatemos a apartidarismo como concepção.

Todo revolucionário prima pela verdade e a verdade é concreta. E a necessidade histórica de construção do partido é real. Assim, não poderíamos deixar de ser totalmente franco ao responder sua pergunta.

Esperamos poder continuar a discussão desse nosso primeiro contato e vir a tê-lo nas fileiras da construção do Partido Operário Revolucionário. Vamos enviar-lhe o Jornal Massas e gostaríamos que nos enviasse suas impressões. Temos também a Revista Socialismo Científico, a Revista Proletária da Educação e inúmeros folhetos. Se te interessar adquirí-los, escreva-nos. Também fazemos um curso permanente de formação de quadros, aberto à participação de simpatizantes.

Sem mais, um abraço fraternal

Pelo POR, Atílio de Castro

Nacional



## As besteiras dos altamiristas

O Jornal Causa Operária publicou um artigo sobre a Bolívia intitulado "Como intervir nas eleições". Trata-se da tradução de uma matéria do periódico "Trincheira Revolucionária".

Tal matéria pretende expor a posição de um grupo denominado "Oposição Trotskista", referente às eleições gerais de 1997, na Bolívia. Essa dita Oposição se constituiu em torno de um elemento expulso do Partido Operário Revolucionário (POR boliviano), por ter feito uma delação. Esse elemento logo se socorreu do apoio do Partido Obrero argentino (PO), dirigido por Jorge Altamira. Assim, montou-se uma farsa de tribunal internacional para provar a inocência do delator.

O traidor dos princípios mais elementares do partido leninista foi admitido nas fileiras de PO, conduzido pelas mãos do caudilho Altamira, cuja aspiração é constituir satélites em torno de sua organização. Quem conhece "o internacionalismo" de Causa Operária sabe o quanto essa corrente é submissa ao altamirismo. Por isso mesmo, há pouco tempo, serviu de canal para se realizar no Brasil uma campanha infame contra o POR boliviano e em defesa do delator.

Agora, acaba de publicar esse artigo com objetivo de pretensamente demonstrar que o POR tem uma linha sectária. É bem provável que o

texto tenha saído da pena do elemento delator. Acontece que durante toda sua militância no POR esse elemento nunca escreveu uma linha para caracterizar as análises do trotskismo boliviano como sectária. Muito pelo contrário, Juan Pablo Bacherer criticava a estratégia de PO de governo dos trabalhadores e sua linha oportunista. Ou então se calava diante de nossa caracterização do altamirismo.

Depois do socorro recebido, passou a comungar do oportunismo antes não admitido. Está aí por que temos plena certeza de que o artigo "Como intervir nas eleições" teve como mentor o guru de PO. Jorge Altamira não se anima ele próprio em pegar a pena e pôr tudo o que pensa contra o POR. Anteriormente, já havia usado as mãos de Pablo Riesnik de PO e de dirigentes de Causa Operária. Vemos que agora conseguiu pôr a seu serviço mais alguns dedos.

Mas vamos às besteiras do artigo "Como intervir nas eleições". Pretende demonstrar que a linha do POR é a mesma combatida por Lenin no "Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo", cuja essência é a negação por princípio de intervir nas eleições e no parlamento burguês, a partir da conclusão de que a democracia burguesa está historicamente falida. Apoiando-se nisso, faz uma série de citações de Lenin, onde a principal delas refere-se à dissolução do parlamento burguês. Utilizando como paralelo, pergunta por que o POR "não se anima nunca a convocar a dissolução do parlamento mas simplesmente a abstenção e o voto em branco, já que caracteriza tanto a inviabilidade da democracia na Bolívia quanto a sua caducidade política."

Para a mal denominada Oposição Trotskista o problema se coloca assim: "se não estamos em condições de dissolver o parlamento, não podemos lançar o boicote; temos a obrigação, como revolucionários, de participar das eleições". Ocorre que o POR tem demonstrado que as grandes massas bolivianas já não confiam nas eleições, as rejeitam se abstendo e recorrem a ação direta.

Desenvolvem-se entre elas tendências insurreccionais, como têm evidenciado as últimas jornadas de combate. Dessa forma, participar do circo eleitoral é renunciar a luta pela derrubada do poder burguês. Partindo das reivindicações mais elementares dos explorados e se confrontando com o plano pró-imperialista do governo ("Três Leis Malditas"), o POR tem trabalhado no seio das massas para levantá-las através da ação direta. Sua participação de destaque na greve geral é a prova disso.

Assim, impulsiona as reivindicações sentidas pelos trabalhadores e assinala o caminho da tomada do poder e implantação do governo operário e camponês (ditadura do proletariado). Sua intervenção no quadro eleitoral, chamando à abstenção ou anular o voto, está condicionada a essa linha estratégica. Imagine só que pelo fato do POR caracterizar a caducidade da democracia burguesa na Bolívia e a quebra das ilusões democráticas das massas no parlamento teria de sair acenando com a bandeira de dissolução do parlamento. Tal crítica não tem o menor sentido com a realidade.

O fato é que o artigo de Juan Pablo/Altamira indica que as ilusões democráticas na Bolívia continuam a arrastar as massas, porém, não fazem nenhuma demonstração. Por outro lado, se nega a tomada concretamente a linha desenvolvida pelo POR boliviano, criticando-a em abstrato, através da idéia de que o POR deveria lançar a bandeira de "dissolução do parlamento". O POR não nasceu ontem e é uma corrente que tem uma longa trajetória na luta de classes boliviana e internacional. Ocorre que Altamira sempre disse a voz baixa que o POR faz da estratégia da ditadura do proletariado uma abstração sectária. Mas, como dissemos, nunca se encorajou em ir a fundo nessa crítica. Se assim o fizesse, Altamira revelaria seu revisionismo do marxismo, cuja essência fatalmente recai na negação da estratégia da ditadura do proletariado.

